



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO**

Acta nº 1/2023

No dia vinte e três do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três teve lugar a 1ª Sessão Ordinária de 2023, realizada na Sala D. Afonso Henriques no Convento São Francisco, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- *Informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal*
- *Grupos Políticos*

2. Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 1 de 2023 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 4/2023) Votação

3. Águas de Coimbra, E.M. – Relatório económico-financeiro do 3.º trimestre de 2022 e Instrumentos de Gestão Previsional para 2023 Conhecimento

4. Proposta de aprovação de júri para procedimento concursal de recrutamento e selecção de Diretor Delegado dos SMTUC Votação

5. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências (2023) – Apoio ao Funcionamento das Freguesias/União das Freguesias Votação

6. Proposta de Revisão da Estratégia Local de Habitação de Coimbra Votação

7. Regulamento Municipal da Taxa Turística de Coimbra Votação

8. Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia e de Promoção do Bem-estar e Saúde Animal Votação

9. Transferência de competências no domínio da acção social - Prorrogação do prazo para a assumpção de compromissos pela Câmara Municipal Votação

10. Projecto de Acta nº4/2022, de 04 de outubro Votação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Participaram na sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal do Partido Socialista (PS):

Eleitos diretos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, David Silva, Vítor Parola, Tiago Bolhão, Maria Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Ramiro Santos, Elisabete Lemos, José Cortesão, Arménio Ferraz

Eleitos por inerência

Jaime Silva, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta, Jorge Veloso, Horácio Costa.

Pedidos de suspensão de mandato para a Sessão:

Isabel Garcia foi substituída pelo eleito seguinte **Ramiro Santos**

Luís Silva foi substituído pela eleita seguinte **Elisabete Lemos**

Isabel Janelas foi substituída pelo eleito seguinte Bruno Carvalho

Bruno Carvalho foi substituído pela eleita seguinte Margarida Branco

Margarida Branco foi substituída pelo eleito seguinte **Arménio Ferraz**

António Vilhena foi substituído por Jorge Fernandes

Jorge Fernandes foi substituído por **José Cortesão**

António Coelho foi substituído pelo substituto legal **Jaime Silva**

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos diretos

Graça Oliveira, Susana Reis, Paulo Lopes, Teresa Gaspar, Diogo Rodrigues, Ana Neto

Eleitos por Inerência

António Teodoro, José Simão, Diogo Fagundes, João Campos e Luís Correia

Pedidos de suspensão de mandato para a Sessão:

Lídia Pereira foi substituída pela eleita seguinte **Teresa Gaspar**

Francisco Rodeiro foi substituído pelo substituto legal **Diogo Fagundes**

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos diretos

Manuel Rocha, João Pinto Ângelo, Rui Mendes.

Eleitos por Inerência

Victor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC):

Eleitos diretos

Lúcia Santos, Nunes da Silva, Lara Martins e Rui Rodrigues.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos diretos

Jorge Almeida, Helena Mendes, Margarida Pocinho, José Castro.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos diretos

Graça Simões e João Malva.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira.

Deputado Municipal do CH

Fernando Duque

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do nº 1 do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de abril de 2015 e nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva, estiveram presentes o Vice-Presidente, Francisco Veiga e os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, Francisco Queirós, Regina Bento, Carina Gomes e Hernâni Caniço.

Mesa

Presidiu à sessão, o *Presidente da Assembleia Municipal*, Luís Marinho, secretariado por Graça Simões, *Primeira Secretária*, e Paulo Cardoso, *Segundo Secretário*.

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

O *Presidente da Assembleia Municipal* iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos. encetando as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

Verificou a existência de *quórum*, tendo, em consequência, submetido a Ordem de Trabalhos à apreciação da Assembleia, que foi *aprovada*, uma vez que não foram apresentadas objeções.

Apresentou o *Voto de Pesar* relativo ao pontífice Papa Bento XVI, na sequência da proposta do Deputado Fernando Duque e apresentou, também, o *Voto de Pesar* pelas vítimas do terramoto na Turquia e na Síria, propondo, por isso, um minuto de silêncio.

Enunciou o *Voto de Pesar* apresentado por três grupos políticos, CpC, PSD e CDU, relativo ao falecimento de Jorge Vilas, figura com obra social de reconhecido mérito na cidade de Coimbra, principalmente, nas zonas periféricas e mais desfavorecidas.

Cedeu a palavra a cada um dos proponentes do *Voto de Pesar* para que dedicassem algumas palavras a Jorge Vilas.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC): [\(áudio 09:30 a 10:06 minutos - 1ª gravação\)](#)

Apresentou o *Voto de Pesar* e estendeu o pesar à cidade, porque a ação cívica de Jorge Vilas tinha sido exemplar e representava muito daquilo que era a participação cidadã na construção da cidade do CpC.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Correia (PSD): [\(áudio 10:26 a 14:26 minutos - 1ª gravação\)](#)

Esclareceu que interviria em nome não só do PSD, mas também de um conjunto de pessoas da União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades. Enalteceu a figura de Jorge Vilas enquanto grande dinamizador do Bairro da Relvinha através da Cooperativa “*Semear Relvinhas*”.

Aproveitou o momento e, a pedido do próprio Jorge Vilas, deixou ao Presidente da Câmara o livro “*Memórias dos Moradores da Relvinha*”, de João Baía.

Propôs um minuto de silêncio

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 14:40 a 16:13 minutos - 1ª gravação\)](#)

Propôs que a Assembleia homenageasse o conimbricense Jorge Vilas. Referiu se a Jorge Vilas como destacado dirigente da cooperativa do Bairro da Relvinha, dedicado à luta pelo direito à habitação que a Constituição da República Portuguesa viria a consagrar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 16:35 a 06:58 minutos - 1ª gravação\)](#)

Lembrou a participação na dinamização do Bairro da Relvinha, com Jorge Vilas e a presença assídua nos serviços municipais de habitação, criados em 1979.

Intervenção do Deputado Municipal José Simão (PSD): [\(áudio 16:35 a 06:58 minutos - 1ª gravação\)](#)

Referiu a importância do Presidente de Junta, dando notícia do falecimento de Hélder Abreu.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Reconheceu o minuto de silêncio como a homenagem mais sentida que a Assembleia podia fazer, pelo que lhe deu ensejo.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 04:41 a 06:58 minutos - 1ª gravação\)](#)

Apresentou a proposta de “*Voto de louvor e reconhecimento à Senhora Dra. Maria da Graça Gregório de Freitas, pelas funções exercidas enquanto Diretora-Geral da Saúde, entre 2017 e 2022*”

Considerando que:

- a) a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, a 11 de março de 2020, que a doença pelo COVID-19, provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, era uma pandemia, alertando que não seria apenas uma crise de saúde pública, mas sim uma crise que tocaria a todos os setores, pelo que todos teriam de estar envolvidos na luta contra este flagelo;*
- b) o Ministério da Saúde e a Direção-Geral da Saúde, demais organismos públicos e privados e seus profissionais, desenvolveram assinaláveis esforços para mitigar os efeitos desta pandemia;*
- c) a agora ex-Diretora-Geral da Saúde, Dr.ª Graça Freitas, manifestou, durante a sua comissão de serviço, incedível dedicação à causa pública, em especial durante os anos da pandemia;*
- d) a saída do cargo no final de 2022, a seu pedido, bem como o término da sua carreira profissional no setor público, não afasta da memória o reconhecimento dos portugueses pelo notável profissionalismo no exercício de funções, prestado tantas vezes sem dia e hora, num incansável sinal de dedicação à causa pública;*
- e) a resposta dada a nível nacional, regional e concelhio pelo nosso Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi expoente da determinação e abnegação dos seus profissionais aos desafios e consequências deste momento invulgar para o qual ninguém estava preparado;*
- f) os efeitos fortemente sentidos na Região de Coimbra, em especial no concelho de Coimbra, foram mitigados pela ação de combate aos efeitos da COVID-19, determinante para conter a propagação da doença e o tratamento dos sintomas de tantos utentes;*

O grupo parlamentar do Partido Socialista vem, ao abrigo do disposto na al.ª c) do artigo 15.º do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra, propor que a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2023, delibere:

- i) aprovar um voto de louvor e reconhecimento pela dedicação à causa pública e pelo serviço prestado enquanto Diretora-Geral da Saúde, entre 2017 e 2022, à Senhora Dr.ª Maria da Graça Gregório de Freitas;*
- ii) dar nota pública de tal deliberação, remetendo o voto de louvor e reconhecimento ao Ministério da Saúde, à Direção-Geral da Saúde, à Dr.ª Graça Freitas e à comunicação social ”*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Paulo Lopes (PSD): [\(áudio 25:35 a 27:27 minutos - 1ª gravação\)](#)

Questionou *a forma* como o Partido Socialista tentava “*branquear*” as deficiências existentes na gestão do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde. Lembrando que num primeiro momento a falta de preparação e discernimento tinham levado inclusive à negação inicial da existência da Pandemia, demonstrando falta de planeamento claro e efetivo.

Louvou os profissionais de saúde e a sua enorme capacidade de resiliência, reconhecendo e agradecendo em nome do PSD, o empenho e compromisso demonstrado no combate à pandemia mesmo sem a existência de estratégia de saúde nacional para o efeito.

Evidenciou a incapacidade de gerir e planear demonstradas pelo Ministério da Saúde e DGS durante todo o processo da Pandemia, lembrando o recurso à militarização no processo de vacinação.

Declarou que a bancada do Partido Social Democrata iria votar contra a proposta de moção apresentada pelo facto de ser apresentada fora de tempo e “*ser uma forma encapuzada do Partido Socialista esconder, nesta fase, os verdadeiros e graves problemas existentes no SNS e no Ministério da Saúde, tais como a falta de médicos de família, falta de enfermeiros, ausência de carreiras para os profissionais de saúde*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Esclareceu que nesta fase da Sessão (Abertura) não era comum haver debate, pelo que submeteu o Voto de Louvor, apresentado pelo Partido Socialista, à votação.

Deliberação nº1/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 29** votos a favor (22-PS ;5-CDU,2- CpC), 11 votos contra (9- PSD, 1-PPM e 1- CH) e 8 abstenções (4-NC,4-CDS- PP) aprovar o “*Voto de louvor e reconhecimento à Senhora Dra. Maria da Graça Gregório de Freitas, pelas funções exercidas enquanto Diretora-Geral da Saúde, entre 2017 e 2022*”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Iniciou o Período Antes da Ordem do Dia, lembrando os tempos distribuídos por cada um dos grupos políticos, uma vez que o Líder do PSD não estava presente.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Deputado Municipal Ferreira da Silva, na qualidade de líder do grupo municipal do PS pediu, sob compromisso de honra, a substituição de Jorge Fernandes por António Cortesão.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Acedeu ao pedido de substituição.

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CH): [\(áudio 31:59 a 34:43 minutos - 1ª gravação\)](#)

Referiu que ao executar o plano de viabilização dos SMTUC a insustentável situação seria revertida e ajudaria a empresa na função de melhorar a mobilidade, propondo duas etapas: “*Emergência 2023/2024*” aquisição exclusiva em leasing, com opção de compra de mais 15



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

autocarros, com disponibilização quase imediata de material circulante prevendo renovação no final do contrato consoante a evolução das necessidades em correspondência com o expectável aumento de passageiros. “*Renovação e Consolidação da Frota 2025/2030*” compra de 10 autocarros elétricos para um subtotal de 60 para este período, com opção mista de leasing a seis anos: 5 autocarros diesel por anos para um total de 90 autocarros para este período.

Disse que com a entrada em funcionamento do Metro Bus em 2025 e substituição de algumas carreiras não equacionar a dispersão por outras opções, como gás ou hidrogénio. A dificuldade de empregar trabalhadores qualificados implica a rentabilização dos assistentes para no máximo 5 marcas, aliviando a área e optando pela compra em leasing com manutenção incluída. Com uma frota média superior a 150 autocarros disponíveis compatível com a diminuição de linhas previstas.

Questionou, extraplano, qual a valorização prevista para os trabalhadores, sem o seu empenho e profissionalismo haveria aumento do risco de fracasso dos objetivos do plano, com greves e paralisações por descontentamento, falta de evolução ou remunerações adequadas

Sugeriu que o plano fosse apresentado e entregue, também, às entidades representantes dos trabalhadores, para os esclarecer e receber sugestões e lembrou a importância do chefe de manutenção.

Intervenção do Deputado Municipal Jorge Almeida (CDS-PP): [\(áudio 35:18 a 39:46 minutos - 1ª gravação\)](#)

Afirmou que a bancada do CDS-PP subscrevia o “*Plano de Renovação da Frota e de Melhoria do Desempenho das Áreas Afetas à Divisão de Equipamento e Manutenção (SMTUC)*”, apresentado no passado dia 9 de fevereiro.

Concluiu, conforme tabela 7, página 10 do referido Plano, que tinham existido décadas de pouco ou nenhum investimento, que a frota tinha envelhecido rapidamente na última década e que entre 2001 e 2021 tinham sido inseridos na rede apenas 23 autocarros. Explicou que a redução da procura inerente à pandemia tinha mitigado temporariamente este problema.

Observou que, atualmente, a idade máxima das viaturas era de 26 anos (37 anos em 2022) e Esperar-se-ia que em 2024 fosse de 24 anos e em 2025 de 22 anos. Referiu que a idade média da frota era de 13,3 anos (era de 15,2 em 2022) e esperar-se-ia que fosse de 11,5 anos em 2025.

Prosseguiu dando conta do problema com a manutenção, dizendo que o Estado não permitia contratar mecânicos a preços de mercado, pelo que um mecânico (assistente operacional na Administração pública auferia pouco mais do que o salário mínimo), não havendo, portanto, possibilidade de recrutamento de pessoal especializado.

Esclareceu que no plano, os custos e benefícios gerados tinham origem na rede actual não estando ainda ajustados à futura rede da Metro Mondego. Por isso, se desconhecia o grau de “*canibalização da rede dos SMTUC com a futura rede BRT da Metro Mondego*”, dado ainda não existirem estudos com estimativas mais próximas da procura real.

Instou no subinvestimento dos SMTUC que não permitia num ano ou até num mandato se resolvesse um problema de décadas.

Reconheceu as dificuldades em assegurar a oferta programada de transporte público pelo facto de a frota disponível ser insuficiente, levando à constante supressão de horários, acarretando enormes prejuízos para comunidade e, por vezes, a qualidade do serviço prestado muito deficiente

Apelou a que o poder central desse atenção especial ao caso de Coimbra, com medidas financeiras excepcionais para o que verdadeiramente se revelava excepcional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC): [\(áudio 40:07 a 45:52 minutos - 1ª gravação\)](#)

Disse que assistíamos ao envelhecimento acelerado da população portuguesa. Em 2021, 23% dos cidadãos tinha 65 ou mais anos. Em Coimbra, a cidade dos estudantes, o envelhecimento demográfico era especialmente marcado com um índice de envelhecimento de 2,15 idosos por cada jovem. Avançou que, em duas décadas, Portugal seria o país da União Europeia com o maior índice de grande dependência de idosos, que refletia o desequilíbrio entre o número de pessoas muito dependentes de 80 anos ou mais sobre o número de jovens adultos em idade produtiva.

Afirmou que Coimbra nos últimos 10 anos era um conhecido centro de referência europeu para a vida saudável e o envelhecimento ativo e o consórcio *Ageing@Coimbra* tinha contribuído para o contexto colaborativo inovador, envolvendo a cidade e a região na criação de boas práticas inovadoras para enfrentar os desafios do envelhecimento. Destacou, como projeto nesse âmbito, o Instituto Multidisciplinar do Envelhecimento, em construção no polo 3 da Universidade, pensado em articulação com o espaço devoluto do antigo Hospital Pediátrico, para criar um campus de todas as gerações onde a cidade partilhasse o encontro de soluções para os problemas das famílias. Aponto-o, como um projeto muito diferenciador que colocava Coimbra na linha da frente da resposta europeia aos desafios do envelhecimento. Um facilitador da aproximação entre diferentes gerações de cidadãos com a cidade, com a universidade, com os hospitais, com as artes e com empresas.

Alertou que o projeto, apesar de adiado, podia ser concretizado se o Executivo reconhecesse que “*é má ideia*” a proposta de ali criar a Casa das Comunidades e se centrasse nas respostas para a plena integração social e valorização das pessoas na idade após a reforma, novas soluções para a promoção da saúde e prevenção da doença, novas respostas na integração de cuidados, novas abordagens para combater a exclusão social e a solidão.

Instou que Coimbra deveria ser arrojada e procurar ativamente receber programas como o *Sempre Acompanhados* de combate à solidão, da Fundação La Caixa/BPI, em implementação em Lisboa e no Porto.

Intervenção do Deputado Municipal Tiago Bolhão (PS): [\(áudio 46:34 a 48:57 minutos - 1ª gravação\)](#)

Referiu que em Coimbra o associativismo, em particular, o associativismo juvenil, constituía uma forma fundamental de participação cívica e ativa de milhares de jovens que diariamente trabalhavam para o desenvolvimento do concelho, através de atividades desportivas, culturais, humanitárias, religiosas ou de outra índole.

Relatou que no Conselho Municipal de Juventude tinha ficado clara a posição do Executivo, através de uma retórica que na prática apenas observa a total falta de apoio às associações juvenis. Lembrou que no penúltimo Conselho Municipal de Juventude, o vereador da Juventude tinha afirmado que iria dotar a rubrica para esta área com um valor superior ao do mandato anterior, acrescentando ainda que a Câmara Municipal iria apoiar as Repúblicas, de longa tradição no Concelho.

Constatou que, desde que Juntos Somos Coimbra eram Executivo, as associações juvenis nada tinham recebido e os prazos para candidaturas de apoio eram constantemente ultrapassados, largamente, em 2022 em 60 dias e, no ano corrente, em cerca de 50 dias. Acrescentou que as duas repúblicas históricas, com valor incalculável em termos culturais estavam totalmente esquecidas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Adiantou que o PS tinha proposto à Câmara uma moção de aumento da dotação atribuída à rubrica da Juventude, que, apesar das abstenções dos vereadores do Juntos Somos Coimbra, tinha obtido aprovação, mas ainda não tinha sido dado cumprimento.

Intervenção da Deputada Municipal Lúcia Santos (NC): [\(áudio 49:23 a 56:16 minutos - 1ª gravação\)](#)

Afirmou que a oposição, particularmente o Partido Socialista, numa azáfama quase diária, apresentava listas de necessidades de Coimbra, nomeadamente, dinâmica, potenciar o investimento, reabilitar o Choupal, articular-se com o rio Mondego, valorizar o comércio tradicional. Refletiu que, com este tipo de oposição, não deixam alternativa se não relembrar, reiteradamente, que tinham tido 8 anos de oportunidades.

Apontou como “ não *legítimo, nem sério, nem aceitável*” o protesto por causa do abate das árvores quando já estava consignado no projeto aprovado no mandato anterior. Esclarecendo que o atual executivo tinha estudado, caso a caso, todas aquelas em que o abate é passível de ser evitado. Contrapôs, também, o manifesto por causa da aplicação de uma taxa turística, que já aprovada em 10 municípios, entre os quais os maiores destinos turísticos em Portugal, não afastaria os turistas da cidade.

Enunciou algumas das medidas adotadas pela Câmara atual, desde logo, o fato de os munícipes, poderem acompanhar, em tempo real, as reuniões e discussões nos órgãos eleitos do município. Depois a implementação de um sistema de gestão documental, que permite controlar e rastrear todos os processos entrados na Câmara, aumentando a eficiência do despacho. Explicou que, no espaço de um ano, os tempos de resposta do departamento de urbanismo tinham melhorado em 60%. Prosseguiu com a apresentação do plano urbanístico para a nova estação de Coimbra B, um projeto estruturante para a cidade, centro de um novo polo de atividade social e económica de Coimbra. Alertou, a propósito, que para a discussão do Plano de Pormenor, queriam envolver todos, com ideias e propostas de melhoria sérias da oposição.

Esclareceu que o atual Executivo tinha introduzido várias alterações ao estudo do metro mondego, que iriam, de forma muito substancial, melhorar o desempenho deste sistema de mobilidade.

Referiu, no seguimento, que a Airbus tinha anunciado a abertura de um escritório satélite da sua plataforma internacional de desenvolvimento de talento em Coimbra, com previsão de criação de até 100 postos de trabalho e tinha sido anunciada também a abertura, em Coimbra, do primeiro centro em Portugal de tecnologias criativas TUMO, com o objetivo de formar 1.500 jovens.

Circulação viária e mobilidade em Coimbra.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 56:28 a 01:40 minutos - 1ª e 2ª gravação\)](#)

Apontou as medidas, quanto ao conjunto das obras para implementação da circulação do Metro, como incipientes, “ *não sossegam os cidadãos e não minimizam os prejuízos sentidos.*”

Saudou o facto de o Executivo ter posto em prática a proposta que a CDU tinha apresentado na última sessão da Assembleia Municipal de 2022, designadamente, a reserva de um parque periférico ECOVIA, específico para interface com os HUC ou permitindo a utilização do título de viagem proporcionando nos parques ECOVIA a um maior número de pessoas, por viatura e não apenas ao condutor.

Questionou a implementação de medidas de alteração do tarifário, ainda que transitórias, que tornassem mais acessível o uso do transporte público municipal, em conjugação com a criação de novos parques Ecovia, efetivamente periféricos.

Observou a importância de dotar os SMTUC de recursos humanos, materiais e financeiros que lhes permitissem retomar a qualidade que se exige a um serviço público.

Tratou a proposta de Plano para a Renovação da Frota e de Melhoria do Desempenho dos SMTUC e das Áreas Afetas à Divisão De Equipamento e Manutenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Reconheceu que a CDU não tinha, ainda, opinião definitiva sobre a matéria, mas a adopção de um ponto de partida racional para a tomada de decisões seria sempre um avanço na resolução dos problemas.

Lembrou que da mesma forma que se procuravam soluções para obviar problemas de equipamento tinham de ser encontradas soluções para que se cumprissem as promessas eleitorais e se garantisse o devido reconhecimento a todos os trabalhadores dos SMTUC, bem com aos restantes trabalhadores do município.

Instou nas objeções de fundo quanto à eliminação da linha ferroviária estação velha - estação nova. Como muitos cidadãos e movimentos que se tinham pronunciado, consideravam *“um erro dramático para a mobilidade urbana”* e acrescentou que a possibilidade de compatibilizar a ferrovia com o Metrobus eliminando os problemas que se anteveem pela redução real da oferta de transportes para quem vai para o centro de Coimbra.

Esclareceu que a reabilitação da Baixa passava por voltar a ser um lugar das pessoas, de passagem, de lazer e de residência e alertou que para a possibilidade de as decisões estarem a ser pressionadas pela especulação imobiliária que se pressentia na frente ribeirinha.

Reiterou que a requalificação visava o interesse comum e devia contrariar os processos de desertificação e gentrificação sentidos ao longo dos anos.

Intervenção do Deputado Municipal Ramiro Santos (PS): [\(áudio 01:57 a 05:18 minutos - 2ª gravação\)](#)

Tratou o novo espaço de atendimento ao público da Câmara no Mercado Municipal e acrescentou que a medida tinha *“segura e contrariamente ao previsto, afastar as pessoas do Mercado. “* Apontou como fatores de insucesso *“misturar o atendimento personalizado com a passagem de utentes, em que a diferenciação do motivo de visita àquele espaço é enorme; em que nem sempre o acesso serve a quem o procura, pelo impedimento do acesso pelas escadas rolantes ao público entre os pisos um e dois; em que os funcionários são torturados pelo ambiente, porque por lá permanecem nas horas de expediente”*.

Retratou que os vendedores, pequenos produtores de legumes, com a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de faturação eletrónica, para cumprimento da legislação fiscal, afirmavam ser este o maior impedimento ao exercício desta profissão. Lembrou, por isso que o apoio da Câmara Municipal era necessário estava ao alcance da gestão do Executivo, que ,com formações e isenções poderia cuidar e tratar estes casos.

Reforçou que a *Fan Zone* e os festivais no Mercado, apesar de importantes para a dinamização do espaço, não trariam mais clientes ao mercado tradicional.

Intervenção do Deputado Municipal José Simão (PSD): [\(áudio 05:43 a 10:28 minutos - 2ª gravação\)](#)

Remeteu para a reunião descentralizada do Executivo de dia 30 de janeiro, que tinha tido lugar em Santa Clara, e para o texto dirigido ao Executivo da Freguesia, pela Vereadora Regina Bento. Esclareceu que a Junta, apesar de receber cerca de 200.000,00€ da Câmara Municipal, pagava 376.601,14 € de ordenados.

Concordou com a fiscalização sugerida e referiu que apresentava relatórios e fazia publicações a divulgar a limpeza das ruas, por último, analisou, comparativamente, os valores relativos às limpezas dos passeios, contrapondo a Freguesia à SUMA.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Mendes (CDU): [\(áudio 10:50 a 15:04 minutos - 2ª gravação\)](#)

Tomou o exemplo da freguesia de Santo António dos Olivais, onde os cidadãos enfrentavam graves problemas devido ao caos instalado no trânsito e na mobilidade, a entrar na cidade pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Casa do Sal ou a atravessar a Solum. Acrescentando que existiam obras que se arrastavam indefinidamente, como por exemplo na Solum e na Av. ^a Fernando Namora.

Referiu o caso da Lomba da Arregaça, alternativa muito utilizada quando havia engarrafamentos na Rua do Brasil e que necessitava de um espelho a meio do caminho.

Indicou a necessidade de passeios na Rua Brigadeiro Correia Cardoso que, apesar de não serem resolúveis de imediato, em toda a extensão, podiam ser parcelares e havendo, inclusive, espaços que não conflituam com propriedade privada e necessidade de expropriações, nomeadamente ao recuar o muro do Centro Educativo dos Olivais. propriedade do Estado.

Enunciou os problemas de trânsito: Regularização da circulação no Bairro Norton de Matos, nomeadamente Rua da Angola e Rua da Índia com graves engarrafamentos; Rua Dr. Joaquim Moura Relvas (Tovim), com duplo sentido numa rua muito estreita e com muitas portas de casa diretamente para a rua. Talvez devesse ser um só sentido e fazer-se a alternativa de sentido pela Rua Vitorino Nemésio. Em Vila Franca: na Rua da Eira, junto ao Restaurante Batina, mudança do poste de iluminação pública da EDP, que se encontra no meio da via tinha provocado acidentes de viação., nesse sentido tinha sido aprovada uma moção, por unanimidade, proposta pela CDU, na Assembleia de Freguesia de 28 de dezembro 2022.

Remeteu para a Assembleia de Freguesia, em que o Presidente da Junta informou ainda que iria ser feita a requalificação dos passeios da Rua Brigadeiro Correia Cardoso, que iria ser regularizado o trânsito da Rua Dr. Miguel Relvas e que iriam realizar-se obras na Rua Nicolau Chanterenne. Tudo reivindicações da CDU na interpretação e defesa dos anseios dos munícipes e em defesa de uma melhor mobilidade.

Questionou a inexistência de um posto de venda de títulos dos SMTUC em Brasfemes e a escassa oferta de horários, pouca capacidade dos veículos que serviam a localidade e que bastas vezes estavam sobrelotados. Questionou, ainda, porque terminavam na Adémia e não culminavam no centro da cidade.

Instou, em nome da CDU, na adoção de medidas no processo avaliativo para que os trabalhadores dos SMTUC e os motoristas não fossem prejudicados.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 04:41 a 06:58 minutos - 2ª gravação\)](#)

Tratou o relatório económico-financeiro do 3º Trimestre da empresa Águas de Coimbra. De onde decorria, face a igual período de 2021, que o total dos rendimentos tinham crescido mais de 3 milhões de euros. Acréscimo de quase 17%, conseguido à custa do rendimento da venda da água de mais de meio milhão de euros e à custa do decréscimo da despesa de mais de 2 milhões e meio de euros com o pagamento do serviço de recolha e tratamento de efluentes domésticos, prestado pela empresa Águas do Centro Litoral.

Reforçou o mérito da maioria da Assembleia, na sessão anterior, formada pelos votos do PS, CDU e CPC, ao aprovar a Moção contra o novo aumento, de 2,7% das tarifas de água e saneamento. Relembrou ainda que a Moção tinha sido aprovada pelo sucessivo aumento das tarifas de água, do saneamento e, também, pelo aumento de 6,11% dos bilhetes ocasionais dos SMTUC.

Referiu que a Câmara procurava criar receita volumosa à custa do sancionamento do estacionamento indevido nas Ruas da Baixa, aplicando coimas e publicitando os 189 autos de transgressão num mês e o reboque de dezenas de viaturas. Acrescentou as implicações que aquela atuação teria no comércio tradicional e nas famílias em crise e dificuldade económicas.

Abordou a nova taxa de turismo afirmando que ia penalizar os alojamentos, os restaurantes da cidade, os estabelecimentos e, indiretamente, os munícipes, com a penalização dos turistas em momento de crise generalizada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº1/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 29** votos a favor (22-PS ;5-CDU,2- CpC), 11 votos contra (9- PSD, I-PPM e 1- CH) e 8 abstenções (4-NC,4-CDS- PP) aprovar o “Voto de louvor e reconhecimento à Senhora Dra. Maria da Graça Gregório de Freitas, pelas funções exercidas enquanto Diretora-Geral da Saúde, entre 2017 e 2022”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara

Explicou que, por mais de uma vez, tinha prescindido do uso inicial da palavra, para não alongar as sessões da Assembleia e, inclusive, para não somar ainda mais tempo de intervenção. Porém, face às críticas apresentadas pela oposição, decidiu que ia fazer sempre a intervenção política inicial a que tinha direito.

Associou-se à homenagem a Jorge Vilas, o” *homem que era um bairro*”, como referido no artigo do jornal Público, o homem que tinha dirigido a cooperativa de habitação do Bairro da Relvinha, a *Semearrelvinhas*, grande dinamizador da reabilitação de tão característico Bairro.

Assumiu que, para a Coligação Juntos Somos Coimbra, o ano de 2022 tinha sido “*o ano zero*”, ano de conhecimento e reestruturação da Câmara Municipal, que se tinha revelado essencial para preparar a Câmara para os desafios e para resolver problemas estruturais do concelho de Coimbra.

Remeteu para o relatório de 18 de outubro de 2022, quando completavam o primeiro ano de mandato, que estava disponível online e relatava vários factos realizados em pouco tempo e em circunstâncias particularmente adversas.

Destacou a mudança de “*transcendente importância*”, relativa ao facto de a Câmara passar a receber empresários,muitas vezes em simultâneo com a Universidade, o Instituto Politécnico, o Inopol, o IPN, o IEFEP, o AICEP.

Referiu que teriam de aguardar pelo PT 2030 para investir em novos espaços industriais, apesar do trabalho ativo, os resultados não podiam ser imediatos. Lembrou que em 2022, em termos de exportações de bens pelas empresas, Coimbra estava em 64º lugar nacional,

Apontou como um dos problemas estruturais de Coimbra, a baixa atividade económica que, por sua vez representava baixa receita para a Câmara, que, pouco acima da despesa, a capacidade de investimento da própria da Câmara era baixa e completamente comprometida pelos efeitos da inflação.

Salientou a desmaterialização e aceleração verificada no Departamento de Urbanismo como fundamental, bem como a criação do novo Departamento de Desenvolvimento Económico Empreendedorismo, Competitividade e Investimento. Acrescentou, no entanto, que com orçamento de guerra, e a Câmara” *inopinadamente amputada de 12 milhões de euros*”, só seria possível distribuir mais apoios depois de se criar mais riqueza.

Afirmou “*estão a querer apropriar-se abusivamente de algumas obras, como é o caso do MetroBus*”, esclarecendo que a Câmara PS tinha aceitado um projeto com imperfeições e lacunas, que, tinham vindo a colmatar, através da ação da vereadora Ana Bastos. Referiu que, na oposição,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

o PS criticava as obras na cidade, essenciais ao projeto, e não se pronunciava quanto aos cortes de árvores cujo trabalho da coligação Juntos Somos Coimbra tinha permitido reduzir drasticamente, como o caso do Parque da Solum, em que, em vez de se cortarem árvores, como previa o projeto do PS, se plantaram mais árvores, depois das modificações introduzidas. Agradeceu, no ensejo, à Metro Mondego e à IP, a abertura e disponibilidade que tinham demonstrado para os inúmeros benefícios introduzidos, que cresceram aos respetivos custos.

Esclareceu que, com a subida da inflação e dos custos dos materiais, energia e combustíveis, o orçamento tinha tido uma redução de 6 milhões de euros em 2022 e retiraria outros tantos em 2023, não permitindo ir tão longe como tinham programado. Reconheceu que o que apontavam como dificuldades na governação de Coimbra era exatamente o mesmo que o António Costa dizia da governação do país, com a enorme diferença de o Governo ter faturado muitos milhares de milhões de euros de impostos a mais e as Câmaras terem sofrido exatamente o contrário.

Garantiu que o preceito mais relevante do programa eleitoral estava a ser cumprido, aplicar uma nova visão estratégica para o desenvolvimento sustentável de Coimbra e tornar progressivamente o concelho uma primeira escolha para os investidores e empresários criadores de emprego, tirando partido dos nossos excelentes sistemas de saúde e ensino e da formação anual de milhares de novos talentos, bem como da nossa centralidade geográfica, cosmopolitismo e de uma renovada capacidade de atração de jovens para estudar, trabalhar e viver.

Relembrou o que constava da informação escrita entregue aos deputados municipais, com as mais relevantes atividades desde a última sessão da Assembleia Municipal, há menos de dois meses. Primeiramente, a consignação do projeto de arquitetura da nova maternidade de Coimbra, um processo emergente que, depois de anos de bloqueio, estava em andamento. A consignação da remoção das coberturas em fibrocimento do armazém de material e de um pequeno edifício anexo do Horto Municipal, admitindo que apesar das dificuldades, também investiam nas instalações camarárias. Mencionou o apoio à secção de patinagem da AAC em 2560 euros, a secção de rugby da AAC em 15000 euros, a Associação de Natação de Coimbra em 7500 euros e outras 63 entidades desportivas com mais de 380 mil euros e ainda 11 entidades desportivas com 223 mil euros para a reabilitação das instalações desportivas, assim como a Casa de Pessoal da CMC, em 77500 euros. Referiu a adesão à Rede Europeia de Autarquias Amigas da Família, cuja missão é fornecer apoio, ferramentas e recursos aos municípios europeus para desenvolverem e melhorarem uma cultura amiga das famílias e a aprovação do Diagnóstico e o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Coimbra. Continuou com o lançamento do ‘Cartão Amigo’, com 40% de desconto no ingresso em espetáculos cuja organização é da responsabilidade da Câmara Municipal. Avançou o cedimento, definitivo, dos terrenos do Bairro do Vale das Flores às associações de moradores de S. José e da Quinta da Nora, cumprindo uma deliberação de 28 de fevereiro de 2005. Prosseguiu com a consignação das obras de beneficiação da escola EB1 de Espírito Santo das Touregas e com a adesão ao projeto europeu REVERTER, relativo à melhoria da qualidade de vida dos agregados familiares mais vulneráveis, através da promoção de estratégias integradas de melhoria energética do edificado habitacional, um projeto financiado pelo programa LIFE da União Europeia. Explicou que a Câmara Municipal de tinha aproveitado a interrupção da atividade escolar do Natal para efetuar várias intervenções em edifícios e espaços escolares, como a Escola EB 2/3 Silva Gaio, a Escola EB1 de Tovim, na EB 2/3 Martim de Freitas, o Centro Escolar Solum Sul, no Centro Escolar Areiro, na EB 1 Casais de Vera Cruz, na EB 2/3 de São Silvestre, na EB 2/3 Alice Gouveia e na EB 2/3 Eugénio de Castro. Referiu que na reunião do Executivo de dia 9 de janeiro tinham aprovado a revisão do projeto de integração urbana do MetroBus na praça 25 de Abril, para melhorar as condições de circulação pedonal, reduzir a área total pavimentada, aumentar a área verde, dignificar a fonte existente e triplicar as árvores a plantar, passando de 11 para 36 unidades, com um sombreamento melhor distribuído pela praça. Os ajustes previam ainda uma nova rotunda na rua do Brasil, melhorando as acessibilidades e o tráfego automóvel. Deu nota de que tinham aprovado o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

protocolo de cooperação com a Infraestruturas de Portugal para a elaboração de estudos para o Plano de Pormenor da Estação de Coimbra B e que com o novo protocolo, a Estação de Coimbra B seria objeto de uma intervenção de profunda requalificação, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, de reforçar a sua centralidade e de a tornar uma grande estação central intermodal de qualidade internacional, num processo que está a contar com o envolvimento do arquiteto urbanista catalão, de renome mundial, Joan Busquets. Afirmou que era uma das obras que, além de garantir a alta velocidade ferroviária em Coimbra, ia dignificar, transformar e projetar Coimbra para o futuro. Seguiu com o apoio ao Strong Beers – Festival de Inverno, um evento de cervejas artesanais no Mercado Municipal D. Pedro V, que contribuía para a sua revitalização. Aludiu aos contratos de apoio social, no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social, com a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, o Centro de Apoio aos Sem Abrigo e o Centro Social Cultural e Recreativo do Botão. Fez referência ao programa de capacitação na área do associativismo cultural, com duas centenas de participantes. Avançou que tinha entrado em funcionamento o novo espaço de atendimento ao público da Câmara no Mercado Municipal D. Pedro V, com oito postos de atendimento presencial (front office), espaços para postos de trabalho (back office), dois postos de consulta de processos e uma sala de espera, que funcionam, ininterruptamente, entre as 8h30 e as 16h30, de segunda a sexta-feira. O novo espaço de atendimento municipal ia contribuir para a dinamização do Mercado Municipal, com a presença do serviço que tem, em média, 100 pessoas atendidas por dia, além de facilitar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, pela proximidade do estacionamento. Informou que tinham sido contratados 19 novos recrutas, aspirantes a Bombeiros Sapadores de Coimbra e que o Festival Política, pela primeira vez em Coimbra, tinha estado em palco a 10 e 11 de fevereiro. Tratou o icónico edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones de Coimbra que tinha sido palco da apresentação e seria a sede do centro TUMO em Coimbra, o primeiro centro de tecnologias digitais e criativas TUMO na Península Ibérica. No TUMO Coimbra, 1.500 jovens entre os 12 e os 18 anos poderão adquirir competências em oito áreas temáticas na interseção da tecnologia com a criatividade: Modelação 3D, Animação, Desenvolvimento de Jogos, Programação, Música, Design Gráfico, Cinema e Robótica. Os programas são presenciais, totalmente gratuitos e acontecem depois da escola. A abertura das inscrições terá início no segundo trimestre deste ano. Este projeto, absolutamente revolucionário e transformador, conta com o Alto Patrocínio da Presidência da República e concretiza-se pela disponibilidade de mecenas como a Critical Software, Paulo Marques e Pedro Bizarro (fundadores da Feedzai), o Licor Beirão, a Oxy Capital, a Altice Portugal, a Fundação ‘la Caixa’, a Fundação Santander, a Fundação Calouste Gulbenkian e, naturalmente, a Câmara Municipal. Num projeto de sete milhões de euros, a contribuição da Câmara de Coimbra é apenas de um milhão. Disse que tinham aprovado a renovação do protocolo celebrado com o Grupo Etnográfico da Região de Coimbra (GERC), que estabelecia a cedência gratuita, por três anos, de um espaço no Pátio do Castilho, que o grupo utiliza como sua sede; aprovado o Regulamento interno do Centro de Arte Contemporânea e aprovado a isenção de taxas para a NG Motors, Lda., uma empresa *start up* com sede em Coimbra que lançava soluções de propulsão sustentáveis e ecológicas no mercado mundial, instalar um hangar amovível no Aeródromo Municipal Bissaya Barreto e começar o seu processo de investigação e desenvolvimento. Destacou a plantação de 20 árvores da espécie ácer campestre, na rua José Marques Dias Ferreira, na freguesia de Santo António dos Olivais e a consignação da requalificação da estrada de Eiras, um projeto que previa a criação de uma ciclovia de dois sentidos, a plantação de árvores em toda a extensão da estrada e a introdução de medidas que visavam reduzir as velocidades de circulação, tornando a rua mais segura, mais urbana, mais sustentável e mais amiga do ambiente. Referiu que a Câmara Municipal tinha realizado uma intervenção de manutenção e melhoramento do espaço público na rotunda da Quinta da Maia, com a remoção completa da vedação de arame que contornava a rotunda, a substituição da maioria dos arbustos que envolviam o lago e a limpeza e lavagem completa do interior do lago. Abordou o Plano de Renovação da Frota e de melhoria do desempenho das áreas afetas à Divisão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Equipamento e Manutenção dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), “*um verdadeiro plano de salvação dos SMTUC*”. Um mês depois da divulgação da taxa de imobilização dos SMTUC e da análise técnica de toda a frota, em cumprimento de uma política de verdade e de transparência, o Município divulgou o tão necessário Plano de Renovação de Frota, previamente apresentado a todos os partidos representados na Assembleia Municipal, para receber contributos e ser posteriormente agendado e votado em Reunião de Câmara. O plano previa a médio/longo prazo, num cenário a concretizar até 2030 e com uma taxa de imobilização de 15%, a entrada de 15 novos autocarros por ano, com um custo a rondar os 40M€. Caso o plano fosse aprovado, seria necessário começar a trabalhar no seu financiamento imediato. Disse que era essencial que os SMTUC cumprissem a sua missão de servir bem os munícipes e de substituir o transporte individual, sendo a renovação da frota, o único caminho a seguir. Prosseguiu com a aprovação, na sua reunião do Executivo de dia 13 de fevereiro, da proposta de Regulamento Interno para o Conselho Estratégico Municipal para o Desenvolvimento de Coimbra, cujo objetivo era “*contribuir ativamente para aumentar a competitividade do território, acelerar o crescimento económico e social de Coimbra, criar emprego e proporcionar novas oportunidades para os residentes na região, em particular a população mais jovem*”. Mencionou os “*Open Days*” no Canil Municipal, uma iniciativa que procurava incentivar a adoção de animais, através da abertura do espaço em horário de fim de semana, quando havia mais disponibilidade para visitas, e da isenção do pagamento de taxas de adoção. Esclareceu que os animais eram entregues desparasitados, vacinados, identificados, registados e esterilizados e era feita a emissão do respetivo Boletim Sanitário, cumprindo todos os preceitos legais. Disse que a agenda cultural da Câmara continuava a ser divulgada e que era muito bem recebida e com resultados muito positivos. Referenciou a reunião do Comité de Acompanhamento dos Projetos de Cooperação da Rede de Cidades CENCYL, que reunia seis municípios da região Centro de Portugal (Coimbra, Almeida, Aveiro, Figueira da Foz, Guarda e Viseu) e três cidades de Castela e Leão (Ciudad Rodrigo, Salamanca e Valladolid). Estava em debate dois projetos: a “*Transição Verde das Cidades e Territórios CENCYL*” e a candidatura ao “*ADAPT_CLIMA_CENCYL*”. Aludiu a estratégia sistemática para reduzir as transgressões de estacionamento em Coimbra, com permanente divulgação dos respetivos resultados, com vista a apelar pedagogicamente para o respeito pela Lei e pelos outros, prevenindo que prejudicava os SMTUC que a taxa de incumprimento dos pagamentos nos parquímetros estivesse entre 80 e 100%.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 49:38 a 52:35 minutos - 2ª gravação\)](#)

Apresentou cinco questões ao Presidente do Executivo. A Primeira questão prendia-se com o abate de árvores na cidade decorrente das obras do Metrobus, questionou onde, quando e porquê se abatiam árvores. A segunda questão, já colocada, mas sem resposta, tinha a ver com os custos para o Município ao de receber os concertos dos *Coldplay*. Avançou com a terceira pergunta, relativa à reabertura do elevador do Mercado que devia ser cuidado e providenciada a sua limpeza. Seguiu para a quarta interrogação, feita chegar por muitos cidadãos, e que tinha a ver com o estacionamento de acesso ao IPO, cujas obras de ampliação tinham agravado e projetado o problema para o futuro. Lembrou a importância de garantir o acesso de ambulâncias e de transporte privado de doentes, questionando, em sequência, se o Executivo estaria ao corrente do problema e disposto a apresentar uma solução. Terminou com a quinta pergunta, quanto ao Plano de Renovação da frota dos SMTUC e à existência de um estudo de reformulação da rede que previsse a articulação com o Metrobus.

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP): [\(áudio 53:01 a 57:46 minutos - 2ª gravação\)](#)

Destacou duas das informações que o Presidente da Câmara Municipal tinha trazido à Assembleia, designadamente, a formalização da abertura de procedimento para a elaboração do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Plano de Pormenor da Estação de Coimbra, uma infraestrutura absolutamente fundamental para o desenvolvimento económico da região, com impacto relevante na regulação da mobilidade urbana e na sustentabilidade ambiental. E a criação do Conselho Estratégico Municipal para o Desenvolvimento de Coimbra, um órgão consultivo que contará com a iniciativa privada. Saudou, por isso, a formação da plataforma de apoio e aconselhamento do executivo, constituída por relevantes entidades de natureza pública e associativa, agentes centrais do empreendedorismo público e cooperativo.

Sugeri que se equacionasse associar ao Conselho Estratégico empresários e gestores privados com provas dadas em diferentes setores de atividade, por se mostrar muito mais eficaz aprender sobre o que precisam com os próprios *players*, com quem é capaz de gerar emprego e riqueza e, sobretudo, com quem o faz em rede, mas individualmente, por sua própria conta e risco.

Afirmou que a maior urgência de Coimbra era atrair investimento, reindustrializar-se, produzir e exportar, pelo que desejou ao Conselho Estratégico Municipal para o Desenvolvimento de Coimbra um profícuo trabalho no desiderato do desenvolvimento económico e apelou à Câmara Municipal para que não adiasse por mais tempo o tratamento da urgência afirmada.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC): [\(áudio 58:08 a 01:55 minutos -2ª e 3ª gravação\)](#)

Salientou a ação vertida nas informações à Assembleia Municipal, relativa à abertura do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Estação de Coimbra, na sequência do protocolo de cooperação firmado com a Infraestruturas de Portugal. Avançou que o Plano de Pormenor deveria estar concluído no prazo de 24 meses e que contava com vários momentos de discussão e de participação pública, apelando, por isso, a que todos enriquecessem os projetos com a colaboração na altura certa, em discussão pública e não na fase de obra. Prosseguiu destacando outra ação, a apresentação do Plano de Renovação da Frota e de melhoria do desempenho das áreas afetas à Divisão de Equipamento e Manutenção dos SMTUC, previamente apresentado a todos os partidos representados na Assembleia Municipal. Explicou que o plano previa, a médio/longo prazo, a concretizar até 2030, uma taxa de imobilização de 15% e a entrada de 15 novos autocarros por ano, com um custo a rondar os 40 milhões de euros. Adiantou que, no total, seriam necessários cerca de 43 milhões de euros para concretizar o Plano, pelo que o Município empenhar-se-ia na procura de financiamento. Acrescentou que, para além da renovação da frota, o plano contemplava ainda a melhoria do desempenho da Divisão de Equipamento e Manutenção, através da contratação rápida de pessoal para as oficinas e para a gestão de sistemas e, ainda, o aumento das ações de formação.

Lembrou o desinvestimento dos últimos anos, bem como uma frota extremamente envelhecida, cujos autocarros atuais contavam uma média de mais de 676 mil quilómetros. Relatou que, atualmente, existiam 14 viaturas com idade inferior a dois anos e 18 viaturas com mais de 25 anos, das quais, cinco contam com quase 40 anos. Esclareceu que 45% da frota tinha mais de 20 anos e que a maioria dos autocarros tinham entre 10 e 15 anos (55 viaturas), que contam com uma média de 694 mil quilómetros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Lançou o repto ao Presidente da Câmara para angariar financiamento central, regional e local, envolvendo Governo, CIM e Município, porque o diagnóstico estava feito.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 02:12 a 08:06 minutos - 3ª gravação\)](#)

Saudou os professores que levavam a cabo a luta pela dignificação das suas carreiras e da escola pública.

Referiu a habitação como um” *luxo no país que a identifica como direito humano*” reforçou a ideia de urgência em aumentar a oferta pública de habitação, garantindo o direito básico a quem está arredado de o concretizar.

Acusou as decisões dos Conselhos de Ministros de não enfrentarem a especulação, não combaterem a financeirização ou a entrega da habitação à lógica do mercado.

Apontou a construção de habitação pública como estruturante para garantir o direito constitucional à habitação, mas sem mais recursos para além do PRR.

Afirmou a ausência de medidas quanto ao aumento de rendas, a desumanidade dos despejos, o aumento de habitações dignas, adequadas e compatíveis com os rendimentos disponíveis ou sequer uma só medida para proteger a habitação própria ou para responder ao impacto dos juros nas prestações.

Adiantou que as medidas propostas pelo PCP na Assembleia da República tinham sido rejeitadas e incentivavam uma política de habitação em que o Estado se assumisse como grande promotor da habitação.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 08:54 a 21:50 minutos - 3ª gravação\)](#)

Referiu que o PT2030 ia até 2030, mas antes dessa data existia o PRR até 2026 para trabalhar.

Lembrou que o Partido Socialista sempre teve presente a requalificação da Estação B numa empreitada acoplada ao Metro.

Lembrou que no início do seu mandato, o Executivo tinha recebido um conjunto de obras e empreitadas em fase final de conclusão, outras em adiando estado de execução, obras todas concebidas, projetadas e concursadas pelos responsáveis autárquicos do Partido Socialista, todas com financiamento garantido. Designadamente a valorização de espaço público, a reabilitação de imóveis municipais, a estabilização da margem direita do rio Mondego entre a ponte de Santa Clara e o açude ponte de Coimbra.

Afirmou que, em cerca de ano e meio, não era visível um só empreendimento, concebido, projetado e concursado pela atual Câmara, eleita com maioria absoluta. Ao invés, tinham sido anuladas algumas das obras concursadas e adjudicadas, cujo melhor exemplo era a empreitada de requalificação da Estrada da Beira de quase 2 milhões de euros, com prejuízo para as populações da Casa Branca e do Vale das Flores, sujeitas a penosos engarrafamentos de trânsito, incómodos para chegar a casa e emprego. Questionou, por isso, onde tinham sido canalizados os meios financeiros disponíveis para a empreitada da Estrada da Beira, junto à Casa Branca e Vale das Flores.

Tratou a implementação da “Gestão de comentários” na página oficial do Facebook do Município, afirmando “*está-se na presença da ditadura de opinião, transvertida de transparência*”. Evidenciando, a propósito, o facto de apenas serem publicadas as intervenções dos Vereadores da Coligação Juntos Somos Coimbra. Nas reuniões de Câmara, a opinião dos Vereadores da oposição e do Vereador da CDU poderiam “*ser-lhes incómodas*”, ainda que sejam convenientes para a cidade, para o concelho e seus munícipes.

Disse não serem visíveis e comprovados os anúncios relativos ao Convento de São Francisco no panorama cultural nacional e da região ou o Grande Centro de Eventos no Mosteiro de Santa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Clara a Nova ou a criação de dois grandes Parques Urbanos nas Margens do Mondego ou grandes projectos com impacto transformador, como os Colégios da Rua da Sofia ou, ainda, o Metrobus a Norte, no Polo II e Margem Esquerda, quando a expansão até à Universidade estava impossibilitada.

Salientou que o MetroBus tinha surgido da visão e da gestão da Câmara do Partido Socialista, remetendo para a Sessão de Setembro de 2011, onde o PS tinha afirmado que a requalificação urbana de Coimbra está em absoluto dependente da sua implementação e da abertura definitiva do chamado Canal da Baixa; a zona ribeirinha da Estação Nova à Estação Velha, tem no Metro Mondego a alavanca do seu desenvolvimento turístico, de lazer, comercial e civilizacional, a envolvente dos Hospitais e Universidade de Coimbra e da zona habitacional que rodeia o Estádio Cidade de Coimbra, saturada com o afluxo de pessoas e viaturas vê no MetroBus a esperança da sua revitalização ordenada. E ainda porque suporta a reestruturação dos serviços rodoviários urbanos da cidade, dos SMTUC, e uma poupança nos custos operacionais de mais de 2 milhões de euros anuais. Ao nível da qualidade do ar, com evidentes benefícios com a redução da poluição atmosférica, além da redução da sinistralidade rodoviária. Instou, por fim, na inexistência de financiamento e que o sistema inicial não era elegível para fundos europeus.

Intervenção do Presidente da Câmara

Respondeu a Graça Simões, dizendo que não estavam a ser efetuados mais abates e, inclusive, os projetos eram trabalhados no sentido de reduzir essa necessidade, nomeadamente, na Rua Lourenço de Almeida Azevedo. Afirmou que a redução era drástica de tal modo que tinham todo o interesse em que os números fossem divulgados assim que os projetos estivessem concluídos. Referiu que o custo dos concertos dos *Coldplay* seria publicado a seu tempo, avançando que ficaria abaixo do custo com a *Super Especial do Rally* e teria mais impacto a nível mundial. Acrescentou que gostariam de receber a *Super Especial* também, mas estavam impossibilitados pela inexistência de capital.

Esclareceu, relativamente ao estacionamento no IPO, que o novo edifício do IPO se encontrava em zona consolidada, não contemplava estacionamento subterrâneo e que, tratando-se de um projeto do anterior executivo, não tinham tido oportunidade de alterar porque perderia o financiamento. Lembrou que, devido à sua intervenção ainda na oposição, o projeto na Avenida Bissaya Barreto iria permitir uma nova mobilidade para aquela zona.

Instou que 50% das receitas da Câmara eram destinadas a despesas com o pessoal e que para limpar a cidade como precisava, tinham de contratar mais pessoas. Afirmou que estavam a desenvolver esforços nesse sentido, nomeadamente, em conjunto com as Juntas de Freguesia.

Enunciou, como preocupações mais prementes dos SMTUC, a renovação da frota e o seu funcionamento. Anaçou que estavam a rever algumas linhas e a desenvolver um estudo da mobilidade e trânsito na cidade de Coimbra, envolvendo o Metro Bus.

Prosseguiu, respondendo a Ferreira da Silva, que o Partido Socialista eliminava comentários e críticas das redes sociais do Município sem código de conduta de publicações. Garantiu que não tinham sido eliminados nenhuns comentários, no entanto estava em causa a imagem do Município, pelo que foi elaborado um código de conduta inspirado nas demais Câmaras, inclusive, Socialistas. Referiu que as reuniões de Câmara eram transmitidas em direto e que as intervenções dos vereadores com competências delegadas, incluindo do Vereador Francisco Queirós, estavam disponíveis no site do Município, juntamente com o link para aceder à transmissão na íntegra.

Disse que as obras na escola de Antuzede não tinham sido financiadas e que tinha sido o Município assegurar-las, explicando que o financiamento tinha sido inviabilizado por erros cometidos em fase de projeto no mandato anterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Lembrou que o Metro Bus não passaria pela Universidade porque o projeto tinha sido aceite pelo Executivo Socialista, no entanto, em conversações com a IP, avançou que tinham requerido a reanálise para a possibilidade de posterior acrescento no canal.

Defesa da Honra do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS)

Reforçou a ideia de que a não publicação das intervenções dos vereadores da oposição constituía uma forma de censura.

2. Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 1 de 2023 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 4/2023)

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 36:36 a 39:19 minutos - 3ª gravação\)](#)

Afirmou que o Partido Socialista queria votar favoravelmente, contanto que fosse apresentada a deliberação que aprovava o contrato interadministrativo para o exercício da competência delegada mencionada na Cláusula 1ª da minuta do contrato: “*O presente Contrato tem por objeto principal a delegação das competências do primeiro outorgante Município de Coimbra relacionadas o serviço público de transporte de passageiros municipal na segunda outorgante*”.

Apresentou, na senda, duas opções ou o Ponto era retirado da Ordem de Trabalhos ou a deliberação da Câmara era apresentada para poderem homologar ou o Partido Socialista abster-se-ia. Instou para que a Câmara enunciasse a deliberação eu aprovava a referida delegação de competências

Intervenção do Presidente da Câmara

Esclareceu que, uma vez que não existia rubrica para a dotação e transferência deste tipo de verbas, a revisão orçamental apresentou-se como necessária e apenas após a aprovação em Assembleia Municipal seria possível cabimentar e registar em fundos disponíveis e, de seguida, submetendo à aprovação do Executivo e subsequentemente à Assembleia Municipal, o contrato interadministrativo que tinha subjacente o contrato de financiamento.

Disse que a CIM tinha urgência extrema em abrir o procedimento, porque tinha como data limite de adjudicação da concessão o limite final de 2023, data em que terminariam as autorizações provisórias do operador para as linhas de gestão, por isso, teria de haver lugar a uma sessão extraordinária, uma vez que, em termos de prazos, não seria compatível aguardar até à próxima sessão ordinária.

Lembrou que o projeto tinha sido objeto de deliberação do Conselho Intermunicipal da CIM, não tendo sido possível abreviar prazos e procedimentos e que se encontravam nas mesmas circunstâncias dos restantes municípios.

Intervenção da Deputada Municipal Lara Martins (NC): [\(áudio 42:25 a 43:48 minutos - 3ª gravação\)](#)

Reiterou a intervenção do Presidente, dizendo que a alteração modificativa resultava da aprovação por unanimidade no Conselho Intermunicipal e de forma a dotar as GOP dos pagamentos que viessem a caber ao Município de Coimbra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 44:00 a 48:34 minutos - 3ª gravação\)](#)

Referiu que os esclarecimentos suscitados eram pertinentes e que, em respeito do princípio da transparência, as acções deviam ser justificadas de forma literal e clara.

Questionou a transitoriedade da medida e o prazo para a reassunção das competências, recusando o carater definitivo que abriria caminho a privatização do transporte público. Instou no reforço dos SMTUC, mediante dotação de recursos humanos, técnicos e financeiros, que, com uma gestão competente, resultaria em condições para servir todas as populações do concelho e estabelecer o relacionamento com as autoridades de transporte limítrofes e entidades como a Metro Mondego ou transportadoras privadas. Declarou que a CDU não acompanhava as intenções, abstendo-se.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 48:59 a 49:30 minutos - 3ª gravação\)](#)

Afirmou que a dúvida colocada pelo PS estava sanada, uma vez que o contrato interadministrativo seria sujeito a deliberação da Câmara e, posteriormente, da Assembleia Municipal, pelo que votariam em conformidade.

Intervenção do Presidente da Câmara

Esclareceu que a proposta de deliberação era referente apenas à alteração modificativa/ revisão do orçamento, pelo que considerava inexplicável a referência à privatização dos SMTUC, uma vez que se tratava dos transportes intermunicipais que nada tinham a ver com as linhas municipais e afirmou que a autoridade municipal de transportes não era objeto da deliberação.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 52:22 a 54:33 minutos - 3ª gravação\)](#)

Frisou que não tinham dito que o debate tratava os transportes municipais, no entanto, estavam em causa duas linhas municipais dos transportes municipais que deviam regressar rapidamente ao âmbito dos SMTUC porque essa era a competência da Autoridade Municipal de Transportes, o Município de Coimbra. Instou que delegação de competências do Município de Coimbra para a Comunidade Intermunicipal de Coimbra deveria ser transitória.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 56:43 a 58:02 minutos - 3ª gravação\)](#)

Esclareceu que o Partido Socialista estava a pedir o que a CIM pediria, as deliberações da Câmara para a delegação de competências, o que não constava na alteração modificativa ao Orçamento.

Definiu que votavam favoravelmente se a deliberação fosse apresentada, caso contrário, abster-se-iam para possibilitar à Câmara assumir essa responsabilidade.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 58:30 a 59:35 minutos - 3ª gravação\)](#)

Afirmou ter dito “*das linhas que servem a população, as quais, ainda por cima, foram já objeto de concessão de exploração a entidades privadas, após contratualização com a CIM- Coimbra, é o que consta do documento que querem caucionado e de decisões anteriores do Município*” e, por isso, prescindia das correções do Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC): [\(áudio 59:48 a 00:39 minutos – 3ª e 4ª gravação\)](#)

Declarou que o CpC abster-se-ia, não que discordassem do fundo e das questões subjacentes, mas porque do ponto de vista processual tinham reservas, nomeadamente quanto ao facto de a proposta não ter sido apresentada em sede de orçamento.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Apresentou a interpretação da mesa que de que as dúvidas tinham sido esclarecidas e de que, com o contributo de todos, estavam em condições de decidir em consciência e a favor do Município. Sendo que a própria CIM tinha uma enorme responsabilidade delegada pelo Município e que decorria da lei.

Deliberação n.º 2/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 27 votos a favor** (10- PSD; 4- NC; 4- CDS-PP; 1- PS; 1-PPM e 1- CH) e **26 abstenções** (19-PS;5- CDU e 2- CpC), aprovar a Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 1 de 2023 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º4/2023), justificada pela inserção de um novo projeto nas Grandes Opções do Plano de 2023, de acordo com a proposta apresentada pela Divisão de Planeamento e Gestão de Redes de Transportes, no valor total de 74.677,00 € de reforços e anulações no Orçamento da Despesa de 2023.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3. Águas de Coimbra, E.M. – Relatório económico-financeiro do 3.º trimestre de 2022 e Instrumentos de Gestão Previsional para 2023 Conhecimento

Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório económico-financeiro do 3.º trimestre de 2022 e Instrumentos de Gestão Previsional para 2023.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 02:57 a 11:05 minutos - 4ª gravação\)](#)

Tratou o requerimento que tinha apresentado na última Sessão e cuja resposta tinha sido enviada no dia anterior e, ainda, o relatório trimestral da empresa municipal Águas de Coimbra que vinha “*desmentir de forma categórica as justificações aqui apresentadas (...) novo e recente aumento do tarifário da água e saneamento*”.

Refutou as afirmações relativas à descapitalização da empresa com o pagamento de cerca de 20 milhões de euros em resultado de um acordo deliberado em reunião de Câmara, relativo a um compromisso com a Águas do Centro Litoral, com o qual disseram que não contavam e com isso justificavam o aumento do tarifário.

Relembrou que, por deliberação de 28 de fevereiro de 2020 da Assembleia Municipal e por deliberação da Câmara de 18 de junho de 2021, a matéria em causa tinha sido exaustivamente documentada e discutida e acrescentou que o Presidente da Câmara não tinha votado contra o acordo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Explicou que a Águas do Centro Litoral com a publicação do Dec. Lei nº 92/2015, do governo de Pedro Passos Coelho, tinha exigido judicialmente, com efeitos a 1 de janeiro de 2016, o pagamento da faturação do serviço que prestava no tratamento dos efluentes residuais domésticos nas ETAR's. Referiu que a Câmara, liderada pelo Partido Socialista, se tinha recusado ao pagamento de quantia a mais, invocando o clausulado do contrato de cedência das suas infraestruturas em 2004.

Esclareceu que, por essa razão, a AdCL tinha proposto uma acção judicial, que tinha acabado com *“A AdCL não recebeu o que queria, como o Município não pagou o que queria.”* Recordou que a transacção tinha envolvido a faturação dos anos 2016 e 2017 e 2018, 2019 e 2020. E que para pagamento da facturação, a Câmara tinha entregado, directamente à AdCL, a quantia de 6.020.342,30€, que foi depositando, depois de abril de 2018, consignadamente na Caixa Geral de Depósitos, a quantia atingiu 17.728.744,23€.

Remeteu, para o pedido de informação sobre o montante desse depósito à ordem da AdCL e a data de início. Contou que tinham sido informados por e-mail do Gabinete da Presidência da Câmara, de que de que o Valor pago à AdCL relativo aos anos de 2018, 2019 e 2020 era de 20.667.815,20€. Valor depositado na CGD para fazer face ao tratamento de efluentes dos anos 2018, 2019 e 2020 era de 17.728.744,23€ (contabilização pelos caudais previstos no contrato assinado em 31 de dezembro de 2004 entre o Município de Coimbra e a AdM) e Acréscimo de 2.939 070,97”.

Refutou a informação prestada pela Câmara, uma vez que os depósitos na Caixa Geral de Depósitos tinham sido efetuados só após abril de 2018, não sendo dos doze meses de 2018 e o montante pago de 20.667.815,20€, embora se referisse à facturação de 2018, 2019 e 2020, envolvia, ainda, a quitação do pagamento da quantia em dívida e peticionada na acção judicial de 6.020.342,30€, dos anos imediatamente anteriores a 2018. Afirmou que o referido acréscimo *“não é pois correcto, nem verdadeiro, pois que não leva em conta o montante antes entregue à AdCL de 6MME, os quais somados ao depositado na Caixa Geral de Depósitos resulta uma diferença favorável de cerca de 3MME.”*

Recorreu às palavras de Alfeu Sá Marques, em 24 de janeiro de 2022 em entrevista ao Diário de Coimbra *“É o resultado de um acordo, que estou de acordo que tenha sido feito, assinado em 18 de junho entre a Águas do Centro Litoral e a AC, onde se acerta uma coisa que há sete anos andava em conflito”.*

Acrescentou que as Águas de Coimbra também tinham interposto uma acção judicial que resultou na condenação da AdCL na execução das seguintes infraestruturas, em falta desde 31 de dezembro de 2008: A construção da ETAR de Dianteiro; A construção da ETAR de Moinhos; A construção de emissário entre Almalaguês e ETAR de Moinhos das redes de saneamento nas povoações de Rio de Galinhas, Monforte, Flor da Rosa e Ribeira. E, ainda, condenada à construção da conduta adutora ETA da Boavista/Reservatório da Mealhada, a qual tinha sido desdobrada em duas designadas: “a conduta adutora entre o Nó da Arregaça e o Açude Ponte” e “ conduta adutora entre Estação Nova e Açude Ponte “; construção do Reservatório de Vale de Cântaros; construção da extensão do intercetor Geral e construção da extensão do intercetor do Pólo II conjuntamente designados por “Emissário e Conduta Elevatória entre a Praça 25 de Abril e o Açude Ponte e Estação Elevatória de Águas Residuais do Parque”; - construção da ETAR de Carvalhosas.

Instou que não tinha sido por força do acordo consubstanciado na deliberação camarária de 18 de junho de 2021 que a Águas de Coimbra tinha sido descapitalizada e, por sua vez, os aumentos dos tarifários justificados.

Intervenção do Presidente da Câmara

Remeteu para a proposta de acordo de 18 de junho de 2021, em fase final de mandato *“altura pouco aconselhável para este tipo de acordos”* relendo a intervenção que o Somos Coimbra tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

feito nessa reunião de Câmara: “O processo hoje trazido a votação consiste num protocolo de entendimento entre o Município de Coimbra (CMC)/Águas de Coimbra E.M. (AC) e as Águas do Centro Litoral S.A. (AdCL), o qual integra duas ações judiciais: A 1.ª ação intentada pelo Município de Coimbra (MC) e a AC, em abril de 2015, contra as AdCL, onde é requerida a condenação da ré ao pagamento de quase 15,7 milhões de euros relativos por incumprimento do contrato estabelecido em 2004 e que previa a execução de um conjunto de investimentos, como ETARs e adutoras, até 31 dezembro de 2008, investimentos esses nunca realizados. (...) A 2.ª ação é intentada em 2018, pelas AdCL contra o MC/AC, e requer o pagamento relativo à prestação de serviços por recolha de águas residuais, desde 2016, altura em que através do Decreto-Lei n.º 92/2015 se criou o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro litoral de Portugal, se alterou a metodologia de medição dos volumes de efluentes a tratar, dívida que à data ascendia a 18,26 milhões de euros. O protocolo de entendimento proposto, estabelece em dois anexos, uma transação judicial para cada uma destas duas ações. No que respeita a 1.ª ação, o MC/AC renunciam ao recebimento da quantia pecuniária pelos incumprimentos e faz-se uma recalendarização dos investimentos, passando em alguns desses investimentos, por motivos que carecem de inequívoca explicação, o MC/AC a assumir a corresponsabilização pela sua execução. As custas judiciais são assumidas em partes iguais. No que respeita a 2.ª ação, tendo sido, entretanto, regularizado o pagamento relativo aos anos de 2016 e 2017, a transação judicial estabelece o pagamento, pelas AC à AdCL, de 20,6 milhões de euros relativos à liquidação dos anos 2018 a 2020, incluindo 200 mil euros correspondentes a juros moratórios. Também aqui, as custas judiciais são assumidas em partes iguais. 1. Para apoio à decisão deste executivo, é imprescindível a apresentação de um relatório de contas justificativo, que inclua o cálculo dos juros de mora, para que, de forma clara e transparente, se entendam as cedências por parte de cada uma das empresas, em cada uma das transações judiciais. Da análise superficial possível, transparece a ideia de que essa cedência é praticamente unilateral por parte do MC/AC; 2. No que respeita a 1.ª transação judicial (Anexo I) não é justificada a razão pela qual o MC/AC abdica do recebimento da quantia pecuniária relativa aos atrasos na execução dos investimentos e a prejuízos resultantes desses mesmos atrasos. O MC/AC consideram que desses atrasos não geraram prejuízos? Se não, porque é que, em 2004, foi intentada uma ação contra a AdCL? A verdade é que estamos a meio de 2021 e uma parte significativa das ETAR’s, condutas e adutoras de saneamento continuam por executar “

Concluiu que o Município de Coimbra tinha sido “profundamente prejudicado neste acordo inexplicado e apresentado na fase final do mandato do Executivo Socialista (...) feito para benefício unilateral das AdCL”.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC): [\(áudio 16:33 a 18:39 minutos -4ª gravação\)](#)

Destacou o estudo de avaliação da satisfação do cliente, uma vez que, em 2022, a empresa municipal tinha alcançado, pelo 12º ano, a cotação máxima na melhor experiência do consumidor. Referiu que os clientes continuavam a atribuir nota muito elevada à qualidade da água fornecida e o preço pago, à fiabilidade do fornecimento, à qualidade das instalações e ao facto de se sentirem bem tratados nos canais disponíveis.

Observou que o relatório apresentava uma empresa estabilizada economicamente, para continuar investimentos e bem servir os munícipes. Os ajustes de tarifário e as obras a decorrer na cidade garantiriam o nível de qualidade.

Saudou a iniciativa de implementação de bebedouros nas escolas para promover o consumo da água da rede pública no concelho de Coimbra, reconhecida pela ótima qualidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Defesa da Honra do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS)

Reconheceu que o assunto era demasiadamente técnico e disponibilizou-se para explicar ao Presidente da Câmara que as Águas de Coimbra tinham sido altamente beneficiadas.

Recomendou que fosse averiguado se a Água do Centro Litoral já tinha instalado os caudalímetros entre as condutas municipais e as condutas intermunicipais que devia ter sido até dezembro de 2021 até dezembro de 2022.

Questionou o resultado da avaliação e que devia estar concluída até ao final de 2021 e em que fase se encontrava a execução das empreitadas adutor do nó da arregaça e açude

Instou na necessidade de avaliação da execução do acordo em prejuízo do concelho, porque muitas das obras já deveriam estar concursadas.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Recomendou a Francisco Campos que se dirigisse à tribuna para expor a questão, prevenindo que tinha consultado Ferreira da Silva quanto ao âmbito da sua intervenção, consequentemente, lhe tinha atribuído até 2 minutos para *Defesa da Honra*.

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Campos

Interpelou a Mesa quanto às intervenções de fundo requeridas em defesa da honra, invocando o cumprimento do Regimento.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Reforçou que se alguém invocava defesa da honra, tinha de acreditar na honra.

4. Proposta de aprovação de júri para procedimento concursal de recrutamento e seleção de Diretor Delegado dos SMTUC

Deliberação n.º3/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar a abertura do procedimento concursal conducente ao recrutamento, seleção e provimento do cargo de Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e aprovar a seguinte constituição do júri: Efetivos: Presidente, Eng.º Luís Miguel dos Santos Costa, Diretor do Departamento de Mobilidade, Trânsito e Transportes da Câmara Municipal de Coimbra; Dr. Olinto Miguel Teodoro Vieira, Consultor; Dra. Regina Helena Paiva Ferreira, Diretora do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Coimbra. Suplentes: Dr. António Manuel de Almeida Martins, Diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade da Câmara Municipal de Coimbra; Eng.º Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vitor, Vogal do Conselho de Administração das Águas de Coimbra, E.M.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências (2023) – Apoio ao Funcionamento das Freguesias/União das Freguesias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação n.º 4/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar a transferência dos seguintes valores para as Freguesias/União das Freguesias, mediante a celebração de contrato:

| <i>Freguesia/União das Freguesias de</i> | <i>Apoio ao Funcionamento para 2023</i> |
|--|---|
| <i>Almalaguês</i> | 42.222,22 € |
| <i>Brasfemes</i> | 42.222,22 € |
| <i>Ceira</i> | 42.222,22 € |
| <i>Cernache</i> | 42.222,22 € |
| <i>Sto. António dos Olivais</i> | 57.222,22 € |
| <i>São João do Campo</i> | 42.222,22 € |
| <i>São Silvestre</i> | 42.222,22 € |
| <i>Torres do Mondego</i> | 42.222,22 € |
| <i>Antuzede e Vil de Matos</i> | 49.914,53 € |
| <i>Assafarge e Antanhol</i> | 49.914,53 € |
| <i>União das Freguesias de Coimbra</i> | 80.299,15 € |
| <i>Eiras e São Paulo de Frades</i> | 64.914,53 € |
| <i>Santa Clara e Castelo Viegas</i> | 64.914,53 € |
| <i>São Martinho de Árvore e Lamarosa</i> | 49.914,53 € |
| <i>São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades</i> | 64.914,53 € |
| <i>Souselas e Botão</i> | 49.914,53 € |
| <i>Taveiro Ameal e Arzila</i> | 57.606,84 € |
| <i>Trouxemil e Torre de Vilela</i> | 49.914,53 € |
| <i>Total</i> | 935.000,00 € |

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Proposta de Revisão da Estratégia Local de Habitação de Coimbra

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 25:15 a 27:26 minutos - 4.ª gravação\)](#)

Apresentou dois pontos prévios, quando os moradores do Planalto se tinham insurgido contra o reforço do Bairro da Rosa, na Assembleia Municipal, tinha sido respondido que “*nada havia a fazer porque não se podiam alterar os Planos herdados; agora que se alteram os planos, também não se ouve ninguém*”; quando, em Dezembro de 2020, se tinha aprovado a Estratégia Municipal de Habitação, o CpC tinha votado contra, elencando os pontos fracos.

Evidenciou que com a revisão proposta, apenas se reforçavam os pontos fracos previamente assinalados: 1.º - Até 2025, a Câmara só ia atender às famílias que já residiam em casas da Câmara, mas em situações sem segurança, nem salubridade; as 800 identificadas com graves carências de alojamento continuariam a aguardar; 2.º - Em Taveiro previa-se um gigantesco bairro social, com 268 fogos, retomando a revelha política de segregação, completamente anacrónica e projetando um *coquetel* de problemas sociais; 3.º - As cooperativas de habitação, constituíam parceiros com recursos comprovados, continuam absolutamente desprezadas; 4.º - A reabilitação de prédios devolutos, através de aquisições ou de obras coercivas (que agora até passam a ter uma linha de financiamento estatal) não é considerada.

Questionou, por fim, onde estava o humanismo que deixava sem casa 800 famílias e se seria satisfatório, em 16 meses, conseguir alojar 44. Instou perguntando onde estava a grande visão de cidade solidária, coesa e de futuro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Deputada Municipal Margarida Pocinho (CDS): [\(áudio 27:58 a 31:54 minutos - 4ª gravação\)](#)

Tratou a proposta de um mercado habitacional mais digno, justo e equilibrado, num contexto com grandes alterações económicas e contexto social pós-covid do qual tinha decorrido uma nova forma de olhar a habitação, promovendo a sua adaptação à realidade, com diagnóstico exaustivo das dificuldades do parque habitacional e respetivo enquadramento nas necessidades e programas, tendo sido consideradas exigências ao nível da eficiência energética e do desenvolvimento sustentável.

Esclareceu que o CDS era contra a descentralização da habitação social, associada a problemas de exclusão, separação espacial entre classes mais ou menos favorecidas. Ao invés, apresentou os estímulos de interações com os moradores quer na participação na sociedade quer na valorização do espaço e das suas capacidades como fatores de relevo. Enunciou, a título de exemplo, o caso do projeto do Ingote que constituía uma possibilidade de financiamento do PRR a 100%, o que correspondia a uma resposta a 5% das pessoas que se encontravam em lista de espera.

Intervenção da Deputada Municipal Lara Martins (NC): [\(áudio 32:15 a 34:35 minutos - 4ª gravação\)](#)

Aludiu às taxas de comparticipação do financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência que atingiam cerca de 100% e implicavam o ajustamento à realidade atual de algumas das condições habitacionais anteriormente identificadas.

Explicou que o objetivo do Programa 1º Direito, bem como do apoio à renda, do apoio técnico e social e do rendimento social de inserção era a consolidação das soluções habitacionais, numa resposta abrangente e integrada capaz de satisfazer todas as necessidades identificadas.

Declarou, por fim, que a estratégia apresentada seguia o desígnio constitucional, pelo que votariam favoravelmente.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 34:48 a 37:47 minutos - 4ª gravação\)](#)

Apelidou de “inócua” a proposta de revisão apresentada, uma vez que consistia na estratégia adotada pelo Partido Socialista no mandato antecedente.

Referiu que os serviços informavam apenas situações habitacionais no âmbito do 1º Direito, nomeadamente 826 agregados, no entanto, questionou o que tinha sido feito no âmbito do parque controlado a rendas acessíveis.

Requeru a apresentação do levantamento do investimento previsto, dos fogos residenciais e zonas das cidades em equação prevenindo o fenómeno denominado de “*guetização*”.

Saudou o facto de o trabalho neste âmbito prosseguir, apesar dos constrangimentos, e por isso vislumbrar-se a concretização de uma das “*bandeiras eleitorais que envergou, o tal Plano Marshall para a Baixa de Coimbra*”.

Lembrou que o governo, numa estruturada política de habitação, vinha apresentando diversos instrumentos facilitadores da regeneração urbana, promoção da habitação digna para novas gerações e não apenas habitação social com financiamento 100% via PRR.

Disse que seria importante aguardar pela reunião da CIM, para, posteriormente, dar a conhecer à Assembleia Municipal a política de habitação atendendo aos diversos programas mencionados e não apenas no 1º Direito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Câmara

Aludiu às diferentes leituras do mesmo documento, referindo os contratos entre a intervenção de Graça Simões e Rui Claro.

Esclareceu que a discussão pública era permanente, dizendo que o plano apresentado era uma evolução do anterior, para adaptar novas soluções, essencialmente do *1º Direito*.

Contrapôs a intervenção de Graça Simões dizendo que não iam ficar 800 famílias sem casa, uma vez que estava prevista a construção de 268 fogos em Taveiro.

Afirmou que o prazo de candidatura ao PRR era curto e que tinham pedido aos Presidentes de Junta que indicassem casas que pudessem ser adquiridas no âmbito do 1º Direito e Arrendamento acessível, lamentando, no entanto, as poucas respostas rececionadas. Instou que o Governo, CIM'S e Municípios estavam interessados em usufruir das verbas do PRR.

Deliberação nº 5/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria de 24 votos a favor* (10- PSD; 4- NC; 4- CDU; 4- CDS-PP; I-PPM e 1- CH), *19 abstenções* (18-PS; 1- CDU) e 2 votos contra (2- CpC), aprovar a Revisão da Estratégia Local de Habitação de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de Voto do Deputado Municipal Jorge Mendes (CDU)

Declarou que se tinha absterido, não por estar contra a proposta que incluía a sua Freguesia, mas antes como chamada de atenção para que os projetos no loteamento de Taveiro relativamente ao tipo de construção, arquitetura e integração das pessoas.

7.Regulamento Municipal da Taxa Turística de Coimbra

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC): [\(áudio 46:30 a 47:27 minutos - 4ª gravação\)](#)

Lamentou que o país fosse caracterizado pela subsidiodependência e que os projetos a apresentar, no âmbito do PRR, fossem superficiais.

Tratou o Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia e de Promoção do Bem-estar e Saúde Animal.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Interrompeu a intervenção, situando João Malva no Ponto referente à Taxa Turística.

Cedeu a palavra a Lara Martins para dar lugar à primeira intervenção relativa ao ponto em debate.

Intervenção da Deputada Municipal Lara Martins (NC): [\(áudio 48:20 a 51:30 minutos - 4ª gravação\)](#)

Esclareceu que a criação e implementação da taxa turística permitiria gerar receita para melhorar as infraestruturas e desafios da cidade e destacou que seriam onerados os turistas e não os munícipes, elencando, ainda assim, alguns casos em que estavam previstas isenções, como portadores de deficiência igual ou superior a 50%, estudantes nacionais e estrangeiros que ingressem no ensino superior em Coimbra, as pessoas cuja estadia seja motivada por tratamento médico ou situações sociais graves ou realojamento em caso de catástrofe. Alertou ainda que por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

manifesto e relevante interesse municipal poderiam ser estabelecidas outras isenções. Referiu que os estabelecimentos que fizessem prova de reservas anteriores a 31 de janeiro de 2023, não estavam obrigados ao cumprimento desta obrigação e que estava associada a criação de um serviço à implementação desta taxa para criação de condições mais favoráveis às visitas à cidade.

Declarou que, face ao exposto, iriam votar favoravelmente.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 51:48 a 54:52 minutos - 4ª gravação\)](#)

Salientou que o Partido Socialista, através dos vereadores e do líder da bancada, tinha tido oportunidade de manifestar as reservas quanto à proposta de implementação da taxa turística.

Lembrou, por isso, a posição defendida pelo PS e pela qual se continuaria a bater, designadamente quanto à oportunidade, numa altura em que o setor turístico estava a recuperar da pandemia e da guerra na Europa.

Reforçou o alerta de a proposta ser estrutural e não sufragada pela população e de se revelar uma medida apressada para criação de receita. Apontou a ausência de estudos de análise da procura turística e seus impactos. Acrescentou o facto de estarem muitas obras em curso na cidade, o que justificaria medidas de apoio às empresas e actividades económicas, sociais e culturais.

Propôs que a taxa não fosse aplicada no início do ano de 2023 e, consoante a evolução da conjuntura nacional, a sua aplicação voltasse a ser ponderada em 2024 ou data posterior, também e principalmente devido às obras existentes na cidade.

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Campos (PSD): [\(áudio 55:11 a 58:18 minutos - 1ª gravação\)](#)

Remeteu para duas publicações na Revista Visão na semana antecedente onde se lia “*Portugal Lidera aumento de preços na hotelaria (...) taxa de inflação em 2022 foi de 32,2%*”, “*Portugal é também o país do mundo com dormida mais cara*”. Observou que o Turismo Centro Portugal diria que as dormidas ainda não tinham retomado os números de 2019, mas o volume de negócios já teria sido ultrapassado.

Lembrou que antes da pandemia tinha registado mais 700.000 dormidas e que, o ano passado, tinham registado novamente mais de 600.000. Centrou, por isso, a discussão na forma de investimento da receita e nas medidas a implementar pelo Regulamento, ao invés, da situação do setor de atividade.

Intervenção do Presidente da Câmara

Apontou a ausência de estratégia turística nos últimos anos e de um serviço dedicado exclusivamente ao turismo, como tinham acabado de criar. Porque queriam investir no turismo e trazer mais turistas a dormir em Coimbra.

Recusou que a “*perspetiva miserabilística de Coimbra*”, uma vez que era 1€ que estava em causa e tinham, inclusive, adotado algumas das sugestões colhidas em fase de discussão pública. Nomeadamente, não onerar as reservas efetuadas até janeiro de 2023, bem como não aplicar a taxa nos meses de inverno.

Esclareceu que a receita seria para investir no turismo e distribuir pelas freguesias mais visitadas, às quais pediu colaboração.

Refutou a intervenção de Rui Claro relativamente ao sufrágio da medida uma vez que não estava no programa, mero indicador de estratégia.

Subscreveu o que tinha afirmado Francisco Campos, porque a hotelaria não foi questionada quanto aos aumentos na atual conjuntura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 6/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria* de 25 votos a favor (10- PSD;5- CDU; 4- NC; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH), 11 abstenções (8-PS; 2- CpC) e 9 votos contra (9- PS), aprovar o Projeto de Regulamento da Taxa Municipal Turística de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8.Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia e de Promoção do Bem-estar e Saúde Animal

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC): [\(áudio 08:38 a 10:42 minutos - 5ª gravação\)](#)

Criticou a visão sanitária e de risco potencial dos animais. Prosseguiu, censurando o horário de encerramento aos fins de semana e com a não concretização da sugestão do CpC de uma equipa de resgate e socorro animal sem horário, mas com dedicação e respeito pela vida animal. Reconheceu que, passados 13 anos da adopção do seu cão, não vislumbrava qualquer evolução no enquadramento que o regulamento previa.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC): [\(áudio 11:04 a 13:00 minutos - 5ª gravação\)](#)

Remeteu para a reunião de Câmara, onde Francisco Queirós tinha dado nota de que o regulamento em vigor era de 2006 e que, desde então, tinha sido publicado um manancial de legislação relativa aos Centros de Recolha. Alertando, na senda, para os apoios relativos à esterilização de cães e gatos, instituído como apoio social a famílias carenciadas e o “*dia aberto*” no canil municipal, iniciativa que procurava incentivar a adoção de animais, com a abertura do espaço ao fim de semana e isenção de pagamento de taxas.

Referiu que os animais eram entregues vacinados, desparasitados, identificados, registados e esterilizados, com a respetiva emissão do boletim sanitário, nos cumprimentos de todos os preceitos legais.

Intervenção do Presidente da Câmara

Homenageou o seu cão “Alfa” e o seu gato “Pretuças”.

Deliberação nº 7/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou *por maioria* de 41 votos a favor (17-PS;9- PSD; 5-CDU;4- NC; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH) e 2 votos contra (2-CpC), aprovar o Projecto de Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia e de Promoção do Bem-estar e Saúde Animal.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9.Transferência de competências no domínio da acção social - Prorrogação do prazo para a assumpção de compromissos pela Câmara Municipal

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 15:10 a 15:47 minutos - 5ª gravação\)](#)

Reiterou a posição da CDU em relação à transferências de competências, assumindo que tinham votado e votariam contra, ainda que conscientes de que se tratava de uma mera prorrogação do prazo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Deputada Municipal Margarida Pocinho (CDS): [\(áudio 16:13 a 18:19 minutos - 5ª gravação\)](#)

Refletiu que a tomada de posição pelo Municípios tinha resultado em importantes negociações que, por sua vez, tinham resultado num reforço de 66%, passando de cerca de 696.000,00€ para mais de 1.000.000,00€. O reforço permitiria uma ação social assente na promoção da igualdade dos cidadãos.

Tomou o exemplo da transferência de competências no âmbito da Educação, designadamente o preço das refeições escolares que não era possível de acompanhar e a falta de técnicos especializados de forma a dar resposta a escola que se pretendia inclusiva, mas que não dava resposta aos alunos que mais necessitavam.

Depositou esperança na prorrogação de prazo para alcançar os recursos suficientes e distribuídos de forma eficaz, bem como os profissionais envolvidos com formação para o bom desempenho das funções.

Afirmou que o alojamento local em Coimbra era um suporte e um contributo para o parque habitacional degradado, pelo que criticou a medida de proibição de emissão de novas licenças de AL.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 18:40 a 19:05 minutos - 5ª gravação\)](#)

Declarou que o PS votaria favoravelmente, porque estavam conscientes da desorganização dos Serviços Municipais e respetiva incapacidade de se prepararem em tempo, para assegurar, como deviam, a transferência de competências.

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Campos (PSD): [\(áudio 19:25 a 21:35 minutos - 5ª gravação\)](#)

Retomou as palavras de Ferreira da Silva relativamente à desorganização dos serviços e refutou que a prorrogação se fundamentasse nesse facto. Ao invés, afirmou que se tratava de um momento de negociação com o Governo.

Lançou o repto à Assembleia Municipal para que visitassem as escolas cujas transferências tinham sido aceites no mandato anterior e, retirando aquelas que pertenciam ao programa “Parque Escolar” (D. Maria, Quinta das Flores e Brotero), instou que “Ninguém entrega escolas no estado em que o Ministério da Educação entregou à Câmara Socialista”.

Intervenção do Presidente da Câmara

Recusou as palavras de Ferreira da Silva, deputado do Partido Socialista, porque tinha sido o seu próprio Governo a adiar, para 3 de abril a transferência de competências no domínio da ação social, apesar da obrigação do cumprimento da presente formalidade.

Criticou a aceitação, pelo anterior Executivo, das transferências de competências sem negociação prévia e com subfinanciamento, prejudicando as freguesias e as câmaras.

Referiu que as contestações apresentadas pelos municípios, junto da ANMP, tinham resultado num aumento de 35 milhões de euros de verba no âmbito da ação social.

Deliberação nº 8/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 38 votos a favor (17-PS;9- PSD; 4- NC; 4- CDS-PP; 2-CpC; I-PPM e I- CH) e 5 votos contra (5-CDU), aprovar a prorrogação do prazo da transferência de competências para a Autarquia no domínio da ação social e respetiva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

assumpção de compromissos pela Câmara até 3 de abril de 2023.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de Voto do Deputado Ferreira da Silva

Declarou que o Partido Socialista, apesar de votar favoravelmente, reconhecia a total incapacidade do Município em receber as competências, comparando, inclusive, com o Município da Figueira que tinha recebido as competências à cerca de um ano.

9. Projecto de Acta nº4/2022, de 04 de outubro

Deliberação nº 9/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar o Projecto de Acta nº4/2022, de 4 de outubro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações em minuta e sendo 20 horas, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão.